

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PÉROLA - ESTADO DO PARANÁ**

Av. Pérola Byington, 1.800 - cep 87.540-000 - Pérola - Pr.  
Fone/Fax (44) 3636 - 8300 --- CNPJ 81.478.133/0001-70

**NOTA DE  
EMPENHO**  
**1ª VIA**

Número do Empenho

004453.2025

Recurso

03497

Tipo do Empenho

Ordinário

Categoria de Empenho

Comum

Órgão 08 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade 02 Fundo Municipal de Saúde

Dotação 10.305.0010.2.034.3390.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO

Conta 02543

Desdobramento 3390302800 MATERIAL DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA

Conta 04271

Fonte de Recursos 03497 VIGILÂNCIA EM SAÚDE - Exercícios Anterior

Credor 01961 CLOMI'S - COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LT

Endereço AV PRESIDENTE CASTELO BRANCO 3670 ZONA I

CNPJ / CPF 08.983.127/0001-80

Fone (44) 3639-7360

Cidade UMUARAMA

Licitação

Dispensa por Lim

Número

Solicitação

Contrato

Emissão

03.07.25

Vencimento

02.08.25

Valor Orçado

40.000,00

Saldo Anterior

28.589,19

Valor do Empenho

200,00

Saldo Atual

28.389,19

Item  
01Quant.  
5

Especificação

REFERENTE AQUISIÇÃO DE ÓCULOS DE  
PROTEÇÃO PARA USO DOS AGENTES DE  
ENDEMIAS NA APLICAÇÃO DE VENENO,  
CONFORME SOLICITAÇÃO.

Valor Unitário

40,0000

Valor Total

200,00

**LIQUIDADO**

Banco Credor

1

645-9

00029624-4

**VALOR LIQUIDO**

200,00

Declaramos que os ☐ Serviços Foram Prestados  
☐ Materiais Foram Entregues  
☐ Obra Executada

Acham-se Conforme, Aceito e Recebidos

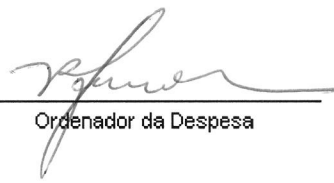
Autorizo o empenho da(s) despesa(s)  
acima discriminada(a).

Data \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Encarregado do Serviço

assinatura : 

nome :

  
Ordenador da Despesa

Data \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

cargo

  
Juliana Lombardi de Oliveira  
Contadora CRC PR 064907/O-6**RECIBO**

Declaro(amos) para os devidos fins, que recebi(emos) a importância de ( duzentos reais\*\*\*\*\*  
\*\*\*\*\* ) e pela qual dou(amos) plena e irrevogável quitação.

Data \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Credor

Representada pelo Cheque nº \_\_\_\_\_ a ordem do banco

Data \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**SECRETARIA SAÚDE**

**DIVISÃO: VIGILANCIA SANITARIA**

**JUSTIFICATIVA TÉCNICA PARA AQUISIÇÃO DE ÓCULOS DE PROTEÇÃO (EPIs) PARA OS AGENTES DE COMBATE ÀS ENDEMIAS**

**CONFORME DECRETO Nº 037, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2.024 art 3 inciso VIII A** aquisição de óculos de proteção como Equipamento de Proteção Individual (EPI) para os Agentes de Combate às Endemias (ACE) é uma medida essencial para garantir a segurança e a integridade física desses profissionais durante a realização de atividades de campo que envolvem o **manuseio e aplicação de produtos químicos**, como inseticidas e larvicidas, utilizados no controle de vetores transmissores de arboviroses, como dengue, zika e chikungunya.

Esses produtos apresentam riscos à saúde dos trabalhadores, podendo causar **irritações, queimaduras, conjuntivites químicas e outras lesões oculares**, caso haja contato direto com os olhos. Nesse contexto, os óculos de proteção são indispensáveis, proporcionando uma **barreira eficiente contra respingos, vapores e partículas tóxicas**.

A **12ª Regional de Saúde de Umuarama**, que orienta tecnicamente os municípios de sua abrangência, reforça a necessidade do uso adequado de EPIs em todas as ações de campo realizadas pelos ACEs. Em seus protocolos operacionais e visitas técnicas, a Regional exige o uso obrigatório de equipamentos como **óculos de proteção, máscaras, luvas e aventais**, sendo esse um dos critérios avaliados para a conformidade das ações desenvolvidas e para a liberação de recursos ou apoio técnico.

Além disso, o **Programa Pro-Vigia** (Programa de Vigilância em Saúde com Ênfase no Controle de Arboviroses), do Ministério da Saúde, estabelece como **indicador de qualidade a proteção do trabalhador**, determinando que os municípios assegurem o fornecimento de EPIs adequados para os agentes em atividade. O não cumprimento dessas exigências pode comprometer o desempenho e a avaliação do município no programa, impactando inclusive nos repasses financeiros vinculados à vigilância em saúde.

Por fim, conforme determina a **Norma Regulamentadora nº 6 (NR-6)** do Ministério do Trabalho e Emprego, o fornecimento de Equipamentos de Proteção Individual é de responsabilidade do empregador, sendo obrigatório para atividades que envolvam riscos à saúde e segurança do trabalhador. A norma também prevê a obrigatoriedade do treinamento e uso correto dos EPIs fornecidos.

Diante disso, a presente solicitação de compra de óculos de proteção justifica-se como uma ação preventiva e legalmente respaldada, garantindo condições seguras de trabalho aos Agentes de Endemias, prevenindo acidentes, promovendo saúde ocupacional e assegurando a continuidade das ações de controle vetorial de forma eficaz e segura.

Pérola, PR, 30 de junho de 2025.

ALCIDES ALVES DA CRUZ  
CPF: 063.147.569-96  
Vigilância Sanitária

---

Assinatura do Requerente (CARIMBO)

**PROVIGIA**

ALCIDES ALVES DA CRUZ  
CPF: 063.147.569-96  
Vigilância Sanitária